

corredor ou através de uma porta da nossa Faculdade, a qual foi a essencial razão de ser da sua existência. Estava ele em franca atividade, e na plena posse de suas faculdades intelectuais e de sua energia moral, quando a morte inopinada veio roubar ao nosso convívio um dos maiores cultores e animadores dos estudos históricos, no país. O seu desaparecimento nos deixou a nós, seus amigos de sempre, a amarga sensação de uma ausência penosa e, ao mesmo tempo, a consoladora certeza de uma presença imperecível.

*

A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS E OS SIMPÓSIOS DE HISTÓRIA

À memória de Eurípedes Simões de Paula

Odilon Nogueira de Matos

A idéia de reunir os professores universitários de História de todo o país para o debate de uma série de problemas que então se configuravam face a uma anunciada reforma do ensino universitário surgiu em 1961, partindo a iniciativa da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, na época instituto isolado de ensino superior do Estado e atualmente integrada na Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. Embora distinguido com honroso convite para ser um dos conferencistas da reunião de Marília (distinção que não foi tanto a mim, mas à Universidade Católica de Campinas, que lá representaria), não me foi dado comparecer por motivo de doença em pessoa de minha família. Tomando conhecimento, entretanto, do que se debateu nessa reunião pioneira, através de colegas que dela participaram e lendo posteriormente os seus **Anais**, senti — e comigo todos os professores de História — que a reunião de Marília poderia ser, como efetivamente o foi, o primeiro passo para um empreendimento de âmbito nacional, cada vez mais reconhecido e considerado no panorama cultural do país, mesmo fora do ambiente universitário. De fato, na reunião de Marília foi decidida a fundação da Associação dos Professores Universitários de História (APUH), bem como a realização periódica de simpósios, marcando-se o segundo já para o ano seguinte em Curitiba. A expansão da APUH, com sócios em quase todos os estados, justificou, no simpósio de Goiânia, em 1971, a alteração de seu nome, com a inclusão da palavra **Nacional**, passando a denominar-se, pois, Associação Nacional dos Professores Universitários de História, com a sigla igualmente alterada para ANPUH.

Ao segundo simpósio, realizado em Curitiba em fins de outubro de 1962, seguiram-se o terceiro, em Franca, em 1965 e o quarto, em Porto Alegre, em 1967. Na reunião francana votou-se pela periodicidade bienal das reuniões. Na capital gaúcha votou-se por Salvador como sede do quinto simpósio. Já quase nas vésperas de sua realização, em março ou abril de 1969, ficou-se sabendo que, por motivos imprevistos e imperiosos, não teriam os colegas baianos condições para a efetivação do simpósio não apenas programado, mas até anunciado. Foi quando o Professor Eurípedes Simões de Paula, presidente da entidade promotora, expediu circular solicitando sugestões para a possível sede do quinto simpósio.

Entra aqui a bela participação de nossa Universidade Católica. Aproveitei uma reunião do Departamento de História, então dirigido pelo Professor Ersio Lensi, para comunicar o teor da circular do presidente da Associação dos Professores Universitários de História. Foi quando o então estudante Ademir Gebara (atualmente professor da Unicamp) indagou se o simpósio não poderia realizar-se em Campinas. A princípio, fiquei em dúvida. Pela minha experiência de participação nos simpósios anteriores, não via muitas possibilidades de nossa então modesta Faculdade de Filosofia sediar tão importante reunião. Ainda mais que, das vezes anteriores, os simpósios realizaram-se sempre em institutos oficiais, naturalmente mais bem dotados de recursos. Seria a primeira vez (e continua sendo a única) que uma instituição particular se abalancharia a uma responsabilidade de tal natureza. Os estudantes insistiram. Perguntaram se nós, os professores, nos importáramos se eles fossem falar com o Reitor. Era evidente que não nos iríamos importar. Foram e falaram. O resultado foi que, na tarde daquele mesmo dia, levava para o Professor Eurípedes Simões de Paula o ofício de nosso Reitor oferecendo a Universidade Católica de Campinas para sede do V Simpósio Nacional de Professores Universitários de História.

Aceito o oferecimento, o mais foi torná-lo exequível. Expedidas pela secretaria da APUH as primeiras circulares concretizando a idéia, tratamos de cuidar dos preparativos da reunião. Tudo isso aconteceu durante o mês de junho. A dispersão naturalmente provocada pelas férias de julho fez com que, praticamente, tivéssemos apenas um mês para os trabalhos de preparação do simpósio. O importante foi que ele saiu. E saiu melhor do que poderíamos prever. A começar pela afluência: esperávamos umas cem ou cento e cinquenta pessoas e compareceram mais de trezentas ! O que valeu foi que todos gostaram, apesar de alguns inevitáveis contratempos e aborrecimentos por parte de alguns que, chegando atrasados, não mais encontraram o material que fora distribuído. Mas, no fim, todos compreenderam.

A cordialidade campineira esteve presente em todos os momentos, e ainda aqui não poderíamos deixar de reconhecer a colaboração dos estudantes que, como recepcionistas e monitores, deram uma nota de grande simpatia. E veio gente de todo o Brasil, desde o saudoso Professor Figueiredo, do Ceará, até uma numerosa delegação gaúcha, que precisou fretar um ônibus. Muitos vinham a Campinas pela primeira vez e alguns nem faziam idéia da importância de nossa cidade... O que, todavia, mais agradou a todos foi o ambiente cordial, o calor humano de nossa então modesta Universidade. Todos se sentiram “em casa”. E depois que a Reitoria determinou a suspensão das aulas nos últimos dias da chamada “Semana da Pátria”, aí, então, a Universidade ficou sendo nossa. Pelo “pátio dos leões” e pelo jardim interno do velho solar do Barão de Itapura, espalhavam-se os simposiastas, como nos dias normais espalhavam-se os alunos. Era gostoso ver professores de todo o Brasil, muitas vezes, tertuliano ao pé das nossas belas palmeiras imperiais.

O V Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, realizado em Campinas em setembro de 1969, vinculou definitivamente o nome de nossa Universidade Católica e, conseqüentemente, o da própria cidade, à bibliografia histórica brasileira. Com efeito, pouco mais de um ano após a realização do simpósio, eram publicados os dois alentados volumes dos respectivos **Anais**, reunindo todo o material apresentado — cerca de cinquenta trabalhos — à importante reunião, que foi, como todos reconheceram e a evidência o demonstrou, o primeiro dos grandes simpósios promovidos pela ANPUH. De fato, os anteriormente realizados (Marília, Curitiba, Franca e Porto Alegre) não chegaram a reunir uma centena de participantes e, no máximo, de quinze a vinte trabalhos, enquanto o de Campinas registrou os índices já assinalados, a ponto de ter sido o primeiro a exigir mais de um volume para a publicação dos trabalhos apresentados. De então por diante, as realizações da entidade foram num crescendo surpreendente, registrando os últimos mais de setecentas inscrições e exigindo até três volumes para os seus anais. Aquilo que começou como modesta experiência, em 1961, constitui hoje uma das grandes realizações culturais do Brasil, ansiosamente esperada cada dois anos, numa obra cada vez mais valiosa de conagraçamento dos professores universitários de História.

Os dois belos volumes “campineiros” reproduziam, na capa, a caravela que Roberto Villas Boas desenhou para o expressivo cartaz de propaganda do simpósio. Cartaz de que todos gostaram e que muitos quiseram levar de lembrança. Aliás, foi o único “souvenir” que pudemos oferecer... A premência de tempo não nos permitiu entrar em contato com indústrias, bancos, institui-

ções, firmas comerciais para o oferecimento de mimos aos congressistas, como, de comum, acontece em tais ocasiões. As próprias pastas de plástico foram oferecidas pelos estudantes, e como seus recursos eram poucos, tiveram que ser da maior simplicidade possível. Mas os **Anais** aí estão, e graças a eles, os nomes de nossa Universidade e de nossa cidade ficarão definitivamente inscritos na bibliografia histórica brasileira.

Os simpósios da ANPUH comportam sempre um tema principal, escolhido por votação na reunião anterior, e mais dois temas permanentes, um referente à metodologia da História e outro a fontes primárias. Como temas principais, os mais interessantes assuntos já têm sido oferecidos: uso da terra, migração e colonização, trabalho livre e trabalho escravo, a cidade na história, a propriedade... O tema de Campinas foi comércio e circulação, mais precisamente **Rotas, Portos, Comércio**, e sobre ele vinte e dois trabalhos foram apresentados, abordando-o sob os mais diversos aspectos, quer nos quadros da história geral, quer com referência ao Brasil, desde os caminhos líbios da era pré-dinástica, a importância do porto de Alexandria ou as vias fluviais da Rússia medieval, até o porto de Paranaguá, o tráfico entre a Venezuela e a Espanha ou a ligação Araguaia-Tocantins.

O segundo volume foi todo preenchido com arrolamentos de fontes históricas, setor que vinha sendo estimulado pela ANPUH desde o início de suas atividades, e ao qual tem dado valiosa contribuição a **Revista de História**, que freqüentemente intercala em suas páginas trabalhos dessa natureza. Quando tínhamos em nossa Universidade Católica o curso completo de História (agora lamentavelmente diluído na vala comum dos “Estudos Sociais”) procurava estimular meus alunos a essa atividade, quase sempre com relação às cidades donde eles provinham, nas quais, naturalmente, teriam acesso mais fácil para a pesquisa. Alguns, infelizmente poucos, atenderam ao meu apelo: José Ênio Casalecchi, Antônio Euler Lopes de Camargo, Regina Bueno Teixeira, Nilza Arrelaro, Marilze Caldas, Maria Isabel Cruz, Sônia Moreira Sales, Fernando Marciano de Oliveira... Quase todos esses nossos antigos alunos militam atualmente no ensino secundário, enquanto que o primeiro mencionado, José Ênio Casalecchi, já doutor, com excelente tese sobre a presença de capitais ingleses na lavoura paulista, leciona na antiga Faculdade de Filosofia de Araraquara, atualmente, tal como a de Marília, incorporada também à Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho.

Diga-se de passagem que o interesse do Professor Eurípedes Simões de Paula e de sua digna esposa, Professora Maria Regina, vinha de antes

da criação da ANPUH, vinha dos tempos da **Sociedade de Estudos Históricos** (ainda existirá ?), entidade de que tive a honra de ser um dos fundadores, há quase quarenta anos, e que, ao ser reestruturada em 1950, teve como uma de suas metas o incentivo ao arrolamento das fontes primárias de interesse para a história de São Paulo. A criação, nessa mesma época, da **Revista de História**, veio permitir que a Sociedade levasse avante boa parte de seu programa. Com efeito, raro era o número da prestigiosa revista que não dedicasse algumas páginas a esse trabalho aparentemente tão simples, mas de tanta importância para a pesquisa histórica. A própria professora Maria Regina Simões de Paula elaborou um roteiro, que foi amplamente distribuído para servir àqueles que se dispusessem à tarefa.

Como, pelo regulamento da ANPUH, os estudantes não têm direito à apresentação de trabalhos, a não ser quando patrocinados por um professor que por eles responda, fiz alguns desses trabalhos aparecerem como atividades da cadeira de Introdução aos Estudos Históricos, que eu então regia em nossa Universidade Católica. Escrevi, para eles, uma apresentação intitulada **Breve relatório sobre arrolamento de fontes primárias na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Campinas**, relatório esse publicado nos respectivos anais e antes divulgado nesta publicação. Registro, com a maior alegria, que esse modesto relatório despertou enorme interesse em outras Faculdades de Filosofia do país, que pretenderam que seus alunos fizessem coisa semelhante ao que os nossos estavam fazendo. Recebi cartas de Juiz de Fora, de Uruguaiana, do Crato, de Campina Grande, além das que me vieram do próprio Estado de São Paulo. Tudo isso, em última análise, representava projeção para a nossa Universidade Católica, na época ainda não distinguida com o **Pontifícia**.

O **Breve relatório**, publicado logo às primeiras páginas do segundo volume dos **Anais do V Simpósio de Professores Universitários de História**, levantava uma série de problemas ainda hoje de palpitante atualidade, pois muito pouco se fez de então para cá, com relação ao tema abordado. Lembrava o Relatório, entre outras coisas, que “uma cidade como Campinas, com tantas participações na vida de São Paulo e do Brasil, desde a expansão interior promovida pelo Morgado de Mateus, nos fins do século XVIII, até o recente surto industrial, poderia fornecer condições ideais para a pesquisa histórica se, infelizmente, a incúria dos poderes públicos, a falta de interesse de uns, e o interesse excessivo, ciumento e zeloso de outros, não constituíssem óbices quase intransponíveis”. E para citar alguns exemplos, lembrava que um levantamento de fontes em Campinas, além das habituais áreas de pesquisa (cartórios,

prefeitura, câmara, paróquias, jornais, cúria metropolitana) deveria abranger estabelecimentos de ensino, instituições hospitalares, estradas de ferro, fazendas, colônias estrangeiras, indústrias, institutos técnicos e científicos, instituições culturais diversas, clubes recreativos e esportivos, associações de classe... Iria longe a nominata. Do interesse dos arquivos dessas instituições, basta lembrar que a maior parte delas provém do século passado, e muitas foram verdadeiramente pioneiras não apenas em São Paulo, mas no próprio país.

Todavia, enquanto as pesquisas em Campinas não podiam ser levadas a cabo da maneira como se pretendia, o Departamento de História da Universidade Católica continuou estimulando seus estudantes (especialmente os do último ano) ao trabalho de arrolamento das fontes de outras áreas, às quais estivessem vinculados, pois nossa Faculdade (transformada, na nova nomenclatura, em Instituto de Ciências Humanas) recebia, e ainda recebe (embora menos agora) estudantes das mais diversas regiões do Estado. Apenas um trabalho com a Cúria Metropolitana local foi iniciado e suas perspectivas mostravam-se animadoras, como o afirmaram, em seu relatório, Regina Bueno Teixeira e Antônio Euler Lopes de Camargo. A este já devíamos dois trabalhos de arrolamento de fontes referentes a Barra Bonita e a Igarapu do Tietê, ambos impressos e distribuídos durante o Simpósio. Áreas de povoamento não muito antigo, mas que sofreram profundas transformações na sua paisagem e na sua estrutura, com a passagem do ciclo do café para o da cana, certamente guardam seus arquivos aquela “riqueza imprevisível”, a que se referia a Professora Maria Regina Simões de Paula, esclarecedora da transformação agrícola, social e econômica por que passou a região.

O interesse despertado em ambas as cidades pelo trabalho de Antônio Euler serviu de exemplo para outras áreas. O contraste com uma região de povoamento mais antigo — e portanto com um passado histórico mais atraente — pôde ser constatado dos trabalhos de Nilza Arrelaro sobre Socorro e mais especialmente do de Fernando Marciano de Oliveira e Sônia Moreira Sales sobre Bragança Paulista, área de povoamento mais antigo, e mais antigo mesmo que Campinas, e cuja estrutura social e evolução histórica foram objeto de excelente tese de mestrado na Universidade de São Paulo, elaborada pela Professora Beatriz Westin Cerqueira, e já publicada em livro pela Faculdade de Marília, onde a autora exerce o magistério.

É certo que, no caso das regiões mais antigas de São Paulo, a maior parte da documentação relativa ao período colonial e mesmo imperial acha-se recolhida ao Arquivo Público do Estado, à rua Antônia de Queirós, na

capital paulista, e ali a pesquisa é sempre facilitada por oferecer a instituição condições adequadas a tal tarefa. Mas os arquivos locais guardam, ainda, rico acervo documental, como os então jovens estudantes de Campinas fizeram sentir. De permeio com essas áreas mais antigas, a contribuição de uma cidade vinculada ao povoamento mineiro — como é o caso de São Sebastião da Gramma, estudada por Maria Isabel Cruz — revelará aspectos novos e de interesse para toda a região norte e nordeste do Estado. Da importância desse povoamento mineiro deram conta Mário Leite e Antônio de Almeida Prado em dois valiosos livros sobre o passado paulista. Noutro extremo do Estado, uma área ligada primeiramente ao gado e posteriormente ao café, mas vinculada também ao povoamento mineiro — como é o caso de Quatá, na Alta Sorocabana — poderá revelar algum interesse arquivai, como o demonstrou Marilze L. Caldas. E como essas, outras localidades serão um dia cobertas nesse trabalho que beneficiará mais aos outros do que aos próprios pesquisadores atuais.

Todos os trabalhos realizados pelos estudantes de nossa Universidade Católica, bem como todos os realizados em outras partes do Brasil, não importa se por professores ou estudantes, revelaram uma constante: a falta de pessoal habilitado para o tratamento ou pelo menos a conservação dos documentos em arquivo. É necessário que se compreenda que arquivo não deve ser depósito de papéis velhos, como biblioteca não deve ser depósito de livros. No caso das bibliotecas, já se sentiu a seriedade do problema, pois há quarenta anos funcionam em nosso país escolas ou cursos de biblioteconomia. Por que não fazer o mesmo com os arquivos ?

A falta de uma formação específica e adequada tanto para os que trabalham em arquivos, como para os que se iniciam na pesquisa histórica, já tem constituído alvo de manifestações em diversas reuniões de professores de História e historiadores, não lhe tendo sido indiferente o simpósio que se reuniu em Campinas em 1969. É bem verdade que, de então para cá, a situação se alterou, não diria substancialmente, mas pelo menos de molde que podemos esperar melhores perspectivas. O assunto não é tão simples. Em outros tempos, alguns cursos de História nas Faculdades de Filosofia ou institutos similares (inclusive em Campinas) chegaram a instituir cadeiras ou aulas de Paleografia. Mas, sendo a Paleografia, antes de tudo, uma técnica, seu ensino jamais poderá produzir resultados sem a necessária prática, através de laboratórios que dispusessem do instrumental indispensável, além do documentário propriamente dito. E nenhuma Faculdade, mesmo a da Universidade de São Paulo, que sempre contou com maiores recursos, foi capaz de realizar plenamente o programa a que

se propôs, acabando por extinguir a cadeira, tal como aqui em nossa Universidade Católica. Atualmente o ensino de Paleografia, só é feito nas escolas de Biblioteconomia, mas não tenho condições para informar de que maneira é ele realizado e se, efetivamente, alcança seus objetivos.

Temos em Campinas um exemplo digno de consideração. A Prefeitura Municipal providenciou sobre a microfilmagem de milhares de documentos de interesse para a história campineira existentes no Arquivo do Estado. No entanto, durante quase dez anos tal material ficou sem condições de utilização, porque só recentemente, dispôs-se a Prefeitura a adquirir o indispensável aparelho para a leitura dos microfimes. Doravante, outras perspectivas poderão ser abertas para a pesquisa histórica em nossa cidade, pois além desse documentário procedente do arquivo oficial do Estado, outros arquivos particulares, como o de Francisco Glicério, já se encontram incorporados ao acervo municipal.

Nessas condições, o ensino da pesquisa histórica nas universidades ou faculdades de poucos recursos, não poderá ser feito senão na base da investigação bibliográfica, isto é, através de fontes ditas secundárias, sem que nossos alunos tenham possibilidade sequer de ver um documento.

A referência aos trabalhos de arrolamento de fontes apresentados aos diversos simpósios de história leva-me a um destaque especial para a participação da Universidade Federal do Paraná na importante reunião que aqui se realizou em 1969. Do que foi essa presença paranaense no Quinto Simpósio, já dei conta em diversas oportunidades, mas nunca será demais lembrá-la. Além de alguns trabalhos avulsos, relativos ao tema principal do simpósio, compareceu a delegação do Paraná com um belo volume intitulado **Arquivos Paranaenses**, com mais de quatrocentas páginas, reunindo vinte e dois trabalhos de levantamento de fontes, refletindo um plano lucidamente explicitado no prefácio, e que revela, além de uma reconhecida consciência histórica, uma dedicação exemplar ao trabalho planejado. As Faculdades de Filosofia do Paraná, desde a Federal (de Curitiba) até a mais modesta do interior do Estado, conscientizaram-se de sua reponsabilidade em face da pesquisa histórica, e só esta atitude, que creio não ter sido fácil, de despertar essa consciência, seria suficiente para credenciar os nomes dos responsáveis pelo Departamento de História da Universidade Federal do Paraná ao respeito e à gratidão de todos os que militam no campo da História.

Tal acontecia exatamente quando muitas faculdades do próprio Estado de São Paulo e muitos professores da própria cidade de Campinas

se omitiam no atendimento ao apelo para a participação no Quinto Simpósio. A nota paranaense no Simpósio de Campinas foi, pois, de grande realce: distribuíram o alentado volume a que me referi, além de outras publicações que trouxeram, ocuparam uma sala para suas exposições e todo um dia da reunião lhes foi dedicado. Disse, na ocasião, que poderiam até ter hasteado à porta a bandeira paranaense, com a legenda “Aqui se trabalha”, que era, naquela época, o “slogan” do Estado vizinho...

Em nota então publicada nesta mesma revista, escrevi que esperava pudesse a brilhante contribuição do Paraná ao simpósio de Campinas ser apreciada por quantos não puderam comparecer às reuniões e, mais ainda, servir de estímulo a outras instituições, para que promovessem em seus estados ou em suas regiões, tarefa semelhante a que vinha de ser realizada pelos paranaenses. O exemplo, de fato, não foi vão, pois embora com menos intensidade e com menor embasamento metodológico, outras entidades sentiram-se motivadas ao importante trabalho. A este respeito, já lembrei que até o **Breve relatório** sobre o modesto trabalho feito em nossa Universidade serviu de estímulo a diversos professores e a várias faculdades.

Realizado o V Simpósio da maneira como recordei, a vinculação da Universidade Católica de Campinas com a ANPUH não mais se interrompeu, tomando um sentido diferente, com excelentes resultados nos quatro simpósios que se lhe seguiram: o de Goiânia (1 971), o de Belo Horizonte (1 973), o de Aracaju (1 975) e, no ano passado, o de Florianópolis. De fato, após o êxito da reunião de Campinas, entendemos nós, do Departamento de História, que nossa Universidade não mais poderia ficar alheia aos trabalhos da Associação Nacional dos Professores Universitários de História. O ideal seria se todos os professores pudessem participar dos simpósios, não apenas como assistentes, mas apresentando trabalhos. Todavia, isto não tem sido possível, pois as condições de trabalho nas instituições particulares não deixam tempo para as tarefas de pesquisa e investigação. Mal têm tempo de ministrar suas aulas, pois, não trabalhando em regime de tempo integral como ocorre na maior parte das universidades oficiais, devem dividir seu dia com diversas outras atividades, especialmente no magistério secundário. É, de fato, admirável, que professores nessas condições ainda se sintam estimulados ao mestrado e ao doutorado, encontrando algum tempo, sabe Deus à custa de quantos sacrifícios, para o prosseguimento da carreira universitária.

No encerramento do simpósio de Campinas decidiu-se que a reunião seguinte seria em Goiânia, e com um palpitante tema: **Trabalho livre e**

trabalho escravo. O ano de 1971, da realização do simpósio, marcaria também o centenário da Lei do Ventre Livre, donde o propósito do tema escolhido, que proporcionou à ANPUH comemorar a grata efeméride.

Compareci à reunião de Goiânia com uma pequena comunicação sobre **O Visconde de Indaiatuba e o trabalho livre em São Paulo**, na qual, precedido por ligeiro estudo introdutório de minha lavra, divulguei o “memorandum” do ilustre fazendeiro de Campinas, que não era inédito, pois já havia sido publicado em 1952 na **Monografia histórica de Campinas**, mas dada a pequena divulgação deste belo volume impresso pelo IBGE, era como se o fosse, pois poucos, na ocasião, tinham acesso a ela. Tanto é verdade, que uma grande pesquisadora do assunto, a Professora Emília da Costa Viotti, em seu livro **Da Senzala à Colônia**, a obra mais completa que já se escreveu sobre o regime de trabalho na lavoura paulista, embora cite a experiência do Visconde de Indaiatuba na Fazenda Sete Quedas, não faz a menor referência ao mencionado documento. Dos pesquisadores mais recentes, creio que apenas a Professora Paula Beiguelmann o utilizou em seu excelente estudo sobre **O povo no complexo cafeeiro**. Trata-se, de fato, de documento pouco freqüente na bibliografia brasileira, pois os nossos homens de fazenda, em geral, não eram dados a escrever. Contam-se nos dedos os que o fizeram, e entre estes manda a justiça se coloque o nobre fazendeiro de Campinas. O interesse despertado pelo meu trabalho (não tanto pelo que escrevi, mas pelo texto original do Visconde) foi enorme. Recebi numerosas cartas solicitando maiores informações sobre o assunto e uma professora de História abalou-se do Rio de Janeiro a Campinas especialmente para prosseguir na senda que eu indicara, ficando demais desapontada ao saber que nada mais existe dos arquivos da importante fazenda, onde se realizou uma das primeiras experiências com trabalho livre na Província de São Paulo e mesmo no Brasil. Graças à gentileza do dedicado amigo Benedito Barbosa Pupo, tive meu trabalho divulgado pelo **Correio Popular**, de Campinas e, pouco depois, eu próprio o reproduzi nesta revista (nº 31, de março de 1972). Mas, tanto no jornal, como na **Notícia Bibliográfica**, só se publicou a introdução que escrevera, mas no volume dos **Anais** do Simpósio de Goiânia, foi o “memorandum” do Visconde de Indaiatuba reproduzido integralmente, tornando-se, assim, de acesso mais fácil.

Todavia, mais importante do que meu pequeno trabalho, e mais significativo ainda para o relacionamento de nossa Universidade com o simpósio de Goiânia, foi o número especial, que preparei, da **Notícia Bibliográfica e Histórica**, reunindo uma série de textos de interesse para a história de

Goiás, desde as primeiras explorações do território, até a fundação da nova capital, Goiânia. A tarefa não foi fácil, pois não tendo condições de pesquisar em Goiás, e nem conhecendo as fontes mais importantes da história daquela vasta região que os paulistas descobriram e povoaram no século XVIII, tive de me valer de fontes secundárias, procurando compensar este “handicap” com o critério da seleção dos textos. E foi com a maior satisfação que vi o nº 25 de nossa **Notícia Bibliográfica** agradar em cheio aos goianos, pois deles, é claro, é que esperava as maiores críticas. Naquela ocasião, a **Notícia** era impressa de maneira muito modesta, sem a excelência da apresentação gráfica atual. Mas, mesmo assim, preencheu seus objetivos. Vi, por exemplo, quanto uma descrição do viajante Pohl da velha cidade de Goiás, que o naturalista publicou em 1832, ainda pôde servir de guia aos simposiastas que visitaram a antiga capital, numa agradável excursão promovida pelos organizadores do simpósio. Tão pouco mudaram as condições e os aspectos de certas cidades do interior do Brasil, que, se tirássemos os elementos da civilização moderna, como os veículos a motor e os postes de iluminação elétrica, teríamos a impressão de que a descrição de Pohl havia sido feita para a nossa viagem... Fiquei emocionado ao ver diversos membros do Simpósio com a **Notícia** à mão, procurando identificar na paisagem urbana as ruas, os chafarizes, os sobradões, como se se tratasse de um guia de viagem, feito, no entanto, cento e quarenta anos antes. Bastaria isto, se outras páginas não houvesse no fascículo que a nossa Universidade generosamente mandou imprimir, a confirmarem, mais uma vez, a importância dos textos para o conhecimento da história.

Ao dedicar aos professores e estudantes de Goiás o nº 25 da **Notícia Bibliográfica**, lembrando que Goiânia surgira de outra Campinas, quis deixar bem claro que a Campinas paulista, através de sua Universidade Católica, não só homenageava os congressistas ali presentes, mas iniciava um tipo de relacionamento que não mais cessou, pois para os simpósios subseqüentes trabalhos da mesma natureza foram preparados sempre com o apoio da Reitoria de nossa Universidade, que não titubeou em atender ao pedido para tiragens especiais, que propiciassem uma distribuição mais ampla de nossa revista.

O pequeno textuário de história goiana que o Departamento de História da Universidade Católica de Campinas ofereceu ao VI Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, constante do nº 25 da **Notícia Bibliográfica**, encerrava uma cuidadosa seleção de páginas do maior interesse, desde, como já se disse, as primeiras explorações do território até a fundação de Goiânia. A escolha, confesso, não foi fácil, pois sobre Goiás se escreveu muito,

mas nem tudo se encontrava ao meu alcance. Sabemos todos nós que trabalhamos com a pesquisa histórica o quanto Campinas ainda é uma cidade de poucos recursos bibliográficos. E, naquela ocasião, mais ainda. Mas, felizmente os obstáculos foram superados e o textuário, sem ser naturalmente o ideal, agradou aos mais exigentes professores e pesquisadores daquele Estado. O fascículo foi composto com dezessete textos, aos quais acrescentei trechos de um trabalho recente da Professora Gilka Ferreira de Sales sobre a historiografia goiana, apresentado a uma reunião da Sociedade Brasileira Para o Progresso de Ciência, realizada em Curitiba naquele mesmo ano de 1971, e que veio a calhar para o objetivo que eu tinha em mira.

Foram os seguintes os textos selecionados para o volume “goiano” desta publicação:

1 — **Sobre o descobrimento de Goiás**, documento atribuído a Urbano do Couto Meneses, divulgado pela primeira vez por Pereira de Alencastre em seus **Anais da Província de Goiás** (1864) e reproduzido por Afonso de Taunay no volume XI de sua **História Geral das Bandeiras Paulistas**, págs. 63 a 65, São Paulo, 1950. Mestre Taunay tinha o hábito (mau hábito, aliás) de nem sempre indicar precisamente as fontes utilizadas para os seus trabalhos, defeito que não é tanto dele, mas da historiografia de seu tempo. E como não tive acesso à obra original de Pereira de Alencastre, nenhuma informação me foi possível oferecer aos leitores acerca do precioso documento. Nem sei se ele ali está transcrito na íntegra, como não sei se a cópia que Taunay reproduz é fiel. O grande historiador das bandeiras, trabalhando numa época em que ainda não existia o microfilme, foi freqüentes vezes vítima de copistas inescrupulosos ou simplesmente descuidosos. Mas, numa forma ou doutra, foi o mais antigo texto que pude encontrar relativo à história goiana.

2 — **Decadência de Goiás**, anônimo do início do século XIX, constante da **Breve reflexão sobre o meio eficaz de se remediar a decadência da Capitania de Goiás**, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 44, parte 1ª, págs. 399-402, Rio de Janeiro, 1892.

3 — **A Província de Goiás**, extrato da conhecida **Corografia Brasílica**, de Aires do Casal. Seria desnecessário insistir sobre o interesse desta obra, publicada pela primeira vez em 1817, e que constitui, dentro dos moldes da ciência do tempo, preciosa descrição geográfica e histórica do país. A palavra **Corografia**, que caiu totalmente em desuso, era empregada para designar a geografia específica de um país, usando-se o termo **Geografia** só para as obras que se referissem ao mundo todo. Ainda sou do tempo em que no ginásio havia a

cadeira de Corografia do Brasil, para a qual Horácio Scrosoppi, Carlos Novais, Lacerda, Olavo Freire e Veiga Cabral escreveram compêndios ricamente informativos. Atualmente, quando em aulas de História do Brasil, na Universidade, menciono a “Corografia do Brasil” de Aires do Casal (e o faço, entre outras cousas, porque nela foi pela primeira vez publicada a carta de Pero Vaz da Caminha), não encontro sequer um aluno que conheça o significado da palavra. Como disse, caiu completamente em desuso, a ponto de as novas gerações nem mais a conhecerem.

4 — **O uso da terra em Goiás**, extrato da **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás**, de Saint-Hilaire. Certamente, este é o trecho mais importante de quantos selecionei. Foi o mais apreciado, especialmente pelo fato de se encontrar, na época, totalmente esgotada a obra do grande viajante francês. Saint-Hilaire visitou Goiás em 1 819, depois de ter percorrido todo o oeste de Minas, conforme se depreende do próprio título de seu livro. De Goiás, veio para São Paulo, e daqui tomou a direção do sul do país. Não há na literatura dos viajantes estrangeiros do século passado obra mais valiosa que a do grande botânico. Sua extraordinária capacidade de observação e a simpatia com que sempre soube compreender os mais diversos aspectos de nossa vida, aliadas à sua grande visão como homem de ciência, fazem dos seus livros uma das obras mais importantes da literatura de viagens de todos os tempos. E de tudo quanto escreveu sobre o Brasil, o volume relativo a Goiás é dos mais significativos. A tradução que utilizei, aliás magnífica, foi a de Clado Ribeiro de Lessa, publicada em 1 937, na coleção “Brasiliana”, da Companhia Editora Nacional, e o trecho extraído figura às págs. 322 a 330 do primeiro volume. Convém assinalar, a título de informação bibliográfica, que os volumes de Saint-Hilaire relativos às nascentes do São Francisco e à Província de Goiás, foram recentemente editados de novo pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, como volumes 7 e 8 da prestigiosa e utilíssima coleção **Reconquista do Brasil**, em tradução de Regina Regis Junqueira. A editora (ou a tradutora) em vez de conservar o título original, numerando simplesmente os volumes tal como na edição da **Brasiliana**, deu títulos diferentes: **Viagem às nascentes do Rio São Francisco** e **Viagem à Província de Goiás**. O trecho transcrito, nesta edição, corresponde às págs. 181 – 184, do primeiro volume.

5 — **O comércio em Goiás**, extrato da **Corografia histórica da Província de Goiás**, de Raimundo José da Cunha Matos, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 37, parte 1ª, págs. 278 – 281, Rio de Janeiro, 1 874. Cunha Matos é um dos três historiadores “clássicos” de

Goiás, segundo depoimento da Professora Gilka Ferreira de Sales, e dele já se ocupou esta revista na seção “Vultos da historiografia brasileira” de um dos últimos números. Seu trabalho apresenta dados estatísticos de grande utilidade, muito embora não consiga cobrir, com suas informações numéricas, a totalidade dos povoados da época, possivelmente pela falta de condições para a pesquisa. O trecho selecionado, sobre o comércio, é das melhores coisas de sua **Corografia**.

6 — **A velha Vila Boa na descrição de Pohl**. Vila Boa era o primeiro nome da cidade de Goiás, a primeira capital e que desempenhou esta função até a inauguração de Goiânia, em 1941. Chamam-na hoje simplesmente de Goiás Velho. O naturalista João Emanuel Pohl visitou-a em 1819, deixando a valiosa descrição que consta do primeiro volume de sua **Viagem ao interior do Brasil**. A obra de Pohl foi originalmente editada em Viena em 1832, mas só traduzida para a nossa língua em 1951, numa edição do Instituto Nacional do Livro, em tradução de Teodoro Cabral. O excerto selecionado figura às páginas 326 a 335 do primeiro volume. O que escrevi páginas atrás sobre o interesse despertado por este trecho de Pohl — utilizado pelos congressistas quase como um guia para a excursão que ali fizemos século e meio mais tarde... — diz mais que quaisquer outras palavras acerca de seu valor. É isto que tem levado os pesquisadores modernos a uma valorização cada vez maior da literatura dos grandes viajantes do século passado. Ainda terei ocasião de fazer referências mais concretas aos livros que nos legaram, pois foi com base em muitos deles que preparei o fascículo sobre as cidades mineiras, presente ao simpósio que se realizou em Belo Horizonte em 1973. Ainda aqui cabe outra referência à recente iniciativa da Editora Itatiaia, promovendo uma nova edição da obra de Pohl, na já citada coleção “Reconquista do Brasil”, em tradução de Milton e Eugênio Amado. Nesta nova edição foi a obra enfeitada num só volume e o trecho selecionado encontra-se às págs. 140 a 144.

Dois dos maiores brasileiros do século passado — o General Couto de Magalhães e o Visconde de Taunay — foram grandes entusiastas de Goiás. Do primeiro talvez fora mais acertado dizer que foi entusiasta do Araguaia. O livro que dedicou ao grande rio, estudando-lhe os recursos e as possibilidades, e que há pouco foi reeditado, demonstrando o interesse que ainda é capaz de despertar, permanece um dos clássicos da nossa literatura geográfica. Publicado em 1863, na própria capital goiana, foi reeditado, com ampliações, em 1889, e depois novamente reimpresso na prestigiosa coleção **Brasileira**, em 1934 e em 1975. Ao ser nomeado presidente da província de Goiás, o grande brasileiro entrevistou as possibilidades que se abriam para aquela extensa região do

Brasil central, entusiasmando-se particularmente pelo problema da navegação do Araguaia. Seu livro encerra valiosa contribuição ao estudo geoeconômico da província para cuja presidência fora designado em 1 863.

Quanto a Taunay, seu interesse foi, pode-se dizer, indireto. Eleito deputado por Goiás em 1 872 e reeleito para a legislatura seguinte, entendeu o futuro Visconde de Taunay (na época apenas Alfredo d'Escragolle Taunay) de demonstrar seu reconhecimento à província que o enviara por duas vezes ao parlamento imperial, escrevendo um ensaio sobre a contribuição goiana à grande exposição de 1 875, preparatória da que se realizaria no ano seguinte, em Filadélfia, ao ensejo da passagem do centenário da independência dos Estados Unidos. Seu trabalho foi publicado em 1 876 com o título **A província de Goiás na Exposição Nacional de 1 875**, mas ao ser reeditado meio século mais tarde, seu filho, o grande historiador Afonso de Taunay preferiu dar-lhe o título mais breve, chamando-o simplesmente **Goiás** (São Paulo, Melhoramentos, 1 931).

É claro que numa seleção de páginas sobre Goiás não poderiam faltar escritos dos dois grandes brasileiros. Assim, **Considerações sobre o Araguaia**, de Couto de Magalhães, e **Considerações sobre Goiás**, de Taunay, enriqueceram sobremaneira o nº 25 da **Notícia Bibliográfica**, onde figuram sob os nºs 7 e 10, respectivamente.

O texto nº 8 foi extraído de Hartt, Charles Frederick Hartt, geólogo e geógrafo norte-americano que veio ao Brasil pela primeira vez em 1 865, integrando a famosa Expedição Thayer, de que fazia parte o grande Agassiz; menos de dez anos depois, retornava ao nosso país, donde não mais sairia, pois faleceu no Rio de Janeiro em 1 878. Desta segunda vez veio especialmente contratado pelo governo imperial para organizar o serviço geológico do Império, criando o órgão que, passando pelas naturais transformações decorrentes de seu próprio desenvolvimento, ainda existe, tendo prestado neste século de existência os mais assinalados serviços à ciência geológica e mineralógica no Brasil. Da grande produção de Hartt, destaca-se **Geology and Physical Geography of Brazil**, publicada em Boston, em 1 870, mas só em 1 941 traduzida para a nossa língua.

Ainda o volume do Visconde de Taunay, há pouco mencionado, forneceu o texto nº 9, constante de precioso relatório nele incluso, sobre os trabalhos da Comissão Exploradora dos Rios Tocantins e Araguaia, de autoria de Pereira do Lago, e do qual extrai o capítulo sobre as colônias militares em Goiás.

O 11º texto foi extraído do relatório do presidente da província, Aristides Spinola (1 880) e refere-se ao estado da instrução pública em Goiás. Encontrei-o na grande obra de Primitivo Moacyr, **A Instrução e o Império**, onde figura no terceiro volume. Não se trata apenas de simples indicação do que havia em sua província ou do que pôde ser realizado no seu governo, como de comum ocorre nos relatórios presidenciais. Não. Há nele muita coisa de valor, a traduzir um espírito voltado igualmente para os temas do espírito e enfronhado nos mais modernos (para a época) conceitos acerca da educação.

O famoso **Relatório Cruls** forneceu-me os textos nºs 12 e 13. Sua origem é conhecida. O cientista belga Luís Cruls, havia muito radicado no Brasil, foi incumbido por Floriano Peixoto de dirigir a expedição encarregada de proceder à demarcação do local onde, nos termos da primeira constituição republicana, deveria ser construída a nova capital federal. Publicado em 1 894, o chamado **Relatório Cruls** foi reeditado duas vezes. Representa um dos mais notáveis trabalhos de reconhecimento geográfico já levado a efeito em nosso país, sobretudo se considerarmos a falta de recursos técnicos e científicos da época. Nada foi esquecido pela equipe que o grande cientista reuniu: geologia, flora, fauna, clima, hidrografia, condições de transporte, salubridade etc. Os tópicos escolhidos referem-se, o primeiro a algumas considerações de ordem geral sobre a importância da interiorização da capital do país, e o segundo sobre as águas medicinais em Goiás.

Hermano Ribeiro da Silva, que, em 1 932, dirigiu a “Bandeira Anhangüera” ao Brasil central, epopéia extraordinária que descreveu em seu livro **Nos sertões do Araguaia**, publicado pela primeira vez em 1 935, forneceu o texto 14, intitulado **Couto de Magalhães e o Araguaia**.

Os três últimos textos referem-se à fundação de Goiânia, a nova capital do Estado, idealizada na interventoria de Pedro Ludovico. Os dois primeiros, de pessoas ligadas à construção da cidade, os Engenheiros Armando Augusto de Godoy e A. Correia Lima, e o terceiro do geógrafo francês Pièrre Monbeig, que na época vivia no Brasil. Descreve a primeira viagem por ele realizada a Goiânia, em 1 938, uma página hoje histórica, convidando a refletir sobre os contrastes que uma descrição recente ofereceria. Foi das páginas mais apreciadas do fascículo e a ela publicamente se referiu, no discurso de abertura do simpósio, o saudoso presidente da ANPUH, Eurípedes Simões de Paula.

Para encerrar esta nota sobre a contribuição de nossa Universidade Católica ao simpósio de Goiânia, lembraria a colaboração do Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho, na época professor da Universidade, e que ao

conclave compareceu com um trabalho sobre as fontes para a história da medicina no Brasil, assunto que é a sua grande especialidade e sobre o qual já escrevera para o simpósio de Campinas.

Como já foi mencionado, o número especial da **Notícia Bibliográfica** dedicado ao simpósio de Goiânia alcançou excelente repercussão, refletida principalmente na expressiva moção de regozijo e congratulações aprovada na última sessão plenária. Mas, mais do que isto, e mais significativo ainda, foi que a publicação campineira despertou interesse em outras unidades da Federação, que por ela passaram a se interessar visando especialmente a números similares quando idêntica circunstância ocorresse. Foi assim que, ao anunciar-se que o simpósio seguinte seria em Belo Horizonte, um dos colegas mineiros, despedindo-se, bateu-me às costas com este carinhoso apelo: “Não podemos ficar atrás. Também queremos um número especial sobre Minas Gerais.” Este “também queremos” revestiu-se, para mim, de profunda significação. E foi o que me animou, daí por diante, e preparar números especiais sobre os Estados onde se realizassem os simpósios.

Vale dizer que nossa Universidade é a única instituição universitária do país a marcar, dessa forma permanente, a colaboração nos simpósios de História promovidos pela ANPUH. É a já esperada “nota campineira”, simpática e expressiva, que leva o nome não apenas de nossa Universidade, mas o da própria cidade de Campinas aos mais afastados rincões do Brasil.

Para o simpósio de Belo Horizonte escolheu-se um tema altamente sugestivo: **A Cidade e a História**. Percebi desde logo que ele me propiciaria material para editar um fascículo, não disperso como fiz com Goiás, mas concentrado no próprio tema da reunião. E a primeira idéia que me ocorreu foi respigar nos relatos dos viajantes estrangeiros do século XIX o que eles houvessem escrito sobre as velhas cidades mineiras. E assim foi composto o nº 46, distribuído no VII Simpósio, realizado na capital mineira em setembro de 1973.

Não julgo necessário estender-me sobre ele, tal como fiz com o número relativo a Goiás. Lembrarei, apenas, que, pela primeira vez, esse número transmitia uma palavra oficial da Reitoria de nossa Universidade, traduzida numa página de apresentação do fascículo, e ao mesmo tempo de saudação aos professores e historiadores reunidos em Belo Horizonte. O Magnífico Reitor, Professor Doutor Barreto Fonseca fez sentir aos simposiastas o interesse e o significado da revista que lhes era oferecida: “Dado o reconhecido interesse que a leitura dos viajantes do século passado vem despertando como fonte para o conhecimento das condições de vida de nosso país na época em que eles o visitaram, estamos

certos de poder oferecer aos ilustres professores reunidos em Belo Horizonte não apenas deliciosas páginas evocativas do passado mineiro, mas, igualmente, um precioso material de estudo para o conhecimento da vida urbana no Brasil no século XIX”.

Tais palavras revestiam-se da maior significação, especialmente se considerarmos que as obras utilizadas para a formação da seleta eram totalmente esgotadas, raríssimas, longe, portanto, do alcance dos estudiosos de hoje. Atualmente muitas delas — registro-o com prazer — estão novamente em curso através de excelentes edições da Livraria Itatiaia, de Belo Horizonte, em convênio com a Universidade de São Paulo. Às vezes em novas traduções, outras vezes utilizando as mesmas das edições primitivas. Mas, um boa parte permanece, ainda, na categoria dos livros raros, fazendo a felicidade de seus ditosos possuidores.

Os viajantes que utilizei para esse número “mineiro” de nossa revista foram: Avé-Lallement, Burmeister, Burton, Canstatt, Gardner, Spix e Martius, Pohl e Saint-Hilaire. E as cidades sobre as quais coligi suas valiosas impressões foram: Barbacena, Congonhas do Campo, Diamantina, Formiga, Itabira do Mato Dentro, Juiz de Fora, Mariana, Ouro Preto, Paracatu, Sabará, São João del Rei, Serro (então Vila do Príncipe) e Teófilo Otoni (então denominada Filadélfia). Cidades as mais variadas, como se depreende da simples relação, quase todas tendo em comum a origem mineradora, mas dentre as quais se destacam duas exceções: Juiz de Fora e Teófilo Otoni, ambas originadas de uma valiosa experiência de colonização estrangeira. A velha Santo Antônio do Paraibuna acabou fundindo-se com a Colônia D. Pedro II para a formação da grande metrópole da Zona da Mata, enquanto que a primitiva Filadélfia, o fruto mais importante da obra colonizadora de Teófilo Otoni no vale do Mucuri, transformou-se na grande metrópole do Norte de Minas, posteriormente crismada, com toda a justiça, com o nome do grande estadista do Segundo Reinado que um seu biógrafo denominou o “Ministro do Povo”.

O número 46 da **Notícia Bibliográfica** prescindia de qualquer página introdutória ou comentários por parte do organizador. Trazia, apenas, como prefácio, as palavras de apresentação e saudação de nosso Reitor. Entendi que os textos, tão claros e precisos, dispensavam quaisquer outras palavras que, no caso, viriam apenas avolumar a publicação. Nem todos, porém, entenderam assim. Tanto que a única crítica feita à revista foi exatamente a falta de algumas palavras de introdução ou de comentário aos textos. Partindo de quem partiu — a Professora Alice P. Canabrava, uma das nossas mais cultas e capazes

pesquisadoras no campo da história brasileira — não pude deixar de reconhecer a procedência de sua observação, não propriamente com referência a comentários, mas a uma apresentação dos viajantes escolhidos. Procurei sanar a falha escrevendo um **Prefácio ao número 46**, que foi publicado no nº 54, de fevereiro do ano seguinte. Tal “prefácio” foi incluído no texto do trabalho original, para efeito de publicação nos **Anais do VII Simpósio**.

Não ficou nisso, entretanto, a participação de Campinas no simpósio de Belo Horizonte. Duas das mais expressivas figuras da cultura campineira — Lycurgo de Castro Santos Filho, médico e historiador, e então presidente da Academia Campinense de Letras, e Hílton Federici, professor e historiador, também membro da Academia Campinense — participaram da reunião. Ambos, na época, integravam o corpo docente da Universidade Católica e, também, nesta qualidade compareceram ao simpósio.

Lycurgo de Castro Santos Filho — sabem-no todos — é a maior autoridade brasileira em história da medicina. A obra que dedicou ao assunto é o que de melhor se escreveu até agora. Todavia, apesar desta sua especialidade, tem-se dedicado igualmente à história da arte, à história da cultura e à história social do Brasil, em cuja área elaborou um dos mais belos trabalhos já levados a efeito entre nós — **Uma comunidade rural do Brasil antigo** — que a todo instante recomendo aos meus alunos como exemplo modelar de um trabalho de pesquisa. Se, nos dois simpósios anteriores (Campinas e Goiânia), Lycurgo de Castro Santos Filho compareceu com trabalhos de interesse para a história da Medicina, ao de Belo Horizonte compareceu com precioso subsídio à margem do tema principal de sua **Comunidade rural**: o arrolamento do documentário, que se encontra em seu poder, relativo ao Sobrado do Brejo do Campo Seco, no interior da Bahia. Documentário esse a que não teve acesso nenhum dos pesquisadores que anteriormente trataram do assunto (e foram vários autores baianos) e que só foi utilizado para o seu próprio ensaio, publicado em 1956, no qual estudou com mestria aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX.

Hílton Federici é cruzeirense. Embora tenha deixado sua cidade ainda muito jovem, para estudos em Lorena e em São Paulo, e, depois, já na vida profissional, tenha perambulado por duas ou três localidades antes de fixar-se em Campinas, onde reside há quase trinta anos, tendo aqui se aposentado como professor de nosso tradicional Ginásio do Estado (o “Culto à Ciência”) — apesar de tudo isso — Hílton Federici nunca perdeu contacto com a sua Cruzeiro, da qual se tornou o historiador por excelência. Lembro-me

de quando ainda estudante (pois fomos colegas na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo), lá por 1936 ou 37, já havia ele publicado dois ou três opúsculos sobre a história de sua cidade. O desenraizamento profissional, a que foi obrigado, não o fez abandonar suas pesquisas da mocidade. Estava apenas à espera de uma oportunidade para levá-las avante, o que só aconteceu quando se desobrigou do ensino médio, o qual, como de comum acontece, absorvia-lhe todo o tempo. Ao usufruir, merecidamente, o "otium cum dignitate" que a aposentadoria lhe propiciou, começou a rever suas velhas pesquisas, "retirando do baú" muita coisa preciosa já esboçada, mas que só então pôde rever e publicar. Ainda este ano, publicou o segundo volume da **História de Cruzeiro** e está no momento preparando uma edição comentada das atas da Câmara Municipal da cidade. E além disso, atirou-se a novas pesquisas com relação a Campinas, cidade que adotou como sua. Não sei de nenhum campineiro autêntico que seja mais apaixonado por Campinas do que esse cruzeirense que um dia aqui ancorou e daqui nunca mais quis sair, embora não lhe faltasse a tentação das cidades maiores. Os numerosos trabalhos que publicou, na maior parte sobre sua cidade natal, revelam o pesquisador honesto, integrado na mais moderna metodologia, fugindo o mais possível ao ranço que, lamentavelmente, e com raras exceções, caracteriza ainda a história urbana no Brasil. As monografias de Hílton Federici são modelos de clareza (não fôra ele o excelente professor que todos reconhecem), mas também de método. Ao simpósio de Belo Horizonte, apresentou o trabalho **Cruzeiro, exemplo original de urbanização no vale do Paraíba**. Aliás, a tônica dos trabalhos do preclaro professor e historiador tem sido, sempre, mostrar Cruzeiro como uma exceção no vale do Paraíba. Um dos seus ensaios, estampado na conceituada **Revista de História**, do saudoso Simões de Paula, tem precisamente esse título.

Aproximando-se a época da realização do simpósio seguinte, marcado para Aracaju, começaram minhas preocupações em torno do fascículo especial, que, a exemplo dos anteriores, fazia questão de preparar para dedicá-lo à reunião da capital sergipana. Fui estimulado, nesta tarefa, por alguns colegas de Sergipe, notadamente o Professor José Silvério Leite Fontes. Trocando idéias com alguns colegas, especialmente com o presidente da ANPUH, fixei-me no preparo de uma seleção de textos de autores sergipanos de interesse para a historiografia, não apenas daquele Estado, mas que pudessem ser úteis à própria historiografia brasileira. Assim, foi organizado o nº 69, da **Notícia Bibliográfica**, distribuído durante o simpósio, ao qual infelizmente não pude comparecer. Mas algumas cartas que recebi e o depoimento de diversos amigos que lá estiveram me fizeram crer na excelente receptividade que o fascículo alcançou, traduzindo

louvores, que não tomo para mim, mas para a instituição que me permitiu preparar tal trabalho. Desta vez procurei sanar as lacunas apontadas em o número anterior, escrevendo não apenas uma introdução, mas pequenos comentários a cada um dos autores selecionados, que foram: Tobias Barreto, Sílvio Romero, Felisbello Freire, João Ribeiro, Manuel Bonfim, Bernardino José de Sousa e Gilberto Amado. Tal como o fascículo dedicado ao simpósio de Belo Horizonte, foi este portador de uma mensagem de saudação da Reitoria de nossa Universidade aos simposiastas reunidos na capital sergipana, aos quais era oferecida a modesta seleção de algumas das páginas mais expressivas do muito que os historiadores de Sergipe escreveram. A registrar-se, como peça principal do fascículo, o famoso **Discurso em mangas de camisa**, de Tobias Barreto, muito citado mas, na realidade pouco lido, e que foi transcrito na íntegra, com exclusão apenas das notas complementares que o autor apôs à primeira edição, em 1879. As demais seleções apresentavam a maior diversidade, tais como a Revolução de 1817, a função do carro de boi no Brasil, a emancipação de Sergipe e as instituições políticas do país.

A aproximação do nono Simpósio, marcado para julho de 1977 na capital catarinense, coincidiu com a época em que pesquisava para um livro sobre Afonso de Taunay, efetivamente publicado mais para o fim do ano pelo Museu Paulista, com o caráter comemorativo do centenário do grande historiador. Embora nascido na velha cidade do Desterro, capital da então Província de Santa Catarina, Afonso de Taunay não viveu na cidade natal mais que o primeiro semestre da longa existência, pois tendo seu pai, o Visconde de Taunay, deixado a presidência da Província, foi para o Rio de Janeiro, onde se processou toda a sua formação, e depois radicou-se em São Paulo, onde produziu toda a sua imensa obra. Daí haver dito que Taunay era “catarinense de nascimento, fluminense de formação e paulista de realização”. Mesmo com a pequena vinculação à terra natal, esperava encontrar em sua obra alguns elementos que ressaltassem esse vínculo, pois em vários de seus livros ocupou-se de Santa Catarina. E havia ainda a circunstância de seu pai haver sido, não apenas presidente da província, mas representante dela no Senado Imperial, portanto com muito maior vinculação que o filho. Daí a idéia de oferecer ao Simpósio de Florianópolis um ensaio intitulado **Santa Catarina no obra dos Taunay**. Mas era pouco para preencher um fascículo especial da **Notícia Bibliográfica**. Interessado sempre na literatura dos viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil, julguei oportuno completar o volume com uma seleção de escritos sobre Santa Catarina de alguns desses viajantes. E assim surgiu o nº 80 da NBH, intitulado **Páginas Catarinenses**. Tal como os anteriores, trazia prefácio de nosso Reitor Magnífico cumprimentando

Eurípedes Simões de Paula pela realização do Simpósio e saudando os simposiastas reunidos em Florianópolis. Desse fascículo, foi feita uma tiragem em forma de livro.

O Reitor de nossa PUC era expressivo e creio oportuno transcrevê-lo:

“A Pontifícia Universidade Católica de Campinas cumprimenta a Associação Nacional dos Professores Universitários de História, ao ensejo da realização, em Florianópolis, de seu IX Simpósio, e oferece aos participantes da importante reunião este número especial de **Notícia Bibliográfica e Histórica**, preparado pelo Professor Odilon Nogueira de Matos, do Departamento de História desta Universidade. No presente volume, os leitores encontrarão: 1) um ensaio do Professor Odilon Nogueira de Matos sobre a presença de Santa Catarina na obra do Visconde de Taunay e na de seu filho, o grande historiador Afonso de Escagnolle Taunay; 2) uma seleção de depoimentos de viajantes estrangeiros que visitaram Santa Catarina no século passado, criteriosamente escolhidos e apresentados pelo mesmo professor.

Considerando a raridade de algumas páginas aqui reunidas, bem como a oportunidade do ensaio do Professor Odilon Nogueira de Matos (pois há pouco o Brasil todo comemorou o centenário do grande historiador), estamos certos de poder oferecer aos ilustres professores reunidos em Florianópolis uma contribuição não de todo desvaliosa para o conhecimento da bela terra catarinense.

Esta Reitoria augura os melhores resultados para o IX Simpósio da ANPUH, congratulando-se com o seu Presidente, Professor Eurípedes Simões de Paula, por mais este admirável esforço de conagraçamento dos professores de História, de nosso país.”

Além do relatório apresentado ao deixar o governo de Santa Catarina e de um substancioso discurso proferido no Senado em 31 de maio de 1889 – publicado depois em opúsculo com o título **Questões de Imigração** –, ocupou-se o Visconde de Taunay da terra catarinense em diversos outros pronunciamentos parlamentares e em escritos pela imprensa. De sua permanência na província resultou, ainda, extenso trabalho que deixou inédito, e foi publicado pelo seu filho Afonso com o título de **Impressões e reminiscências da costa sul e de Santa Catarina**, o qual, juntamente com as **Curiosidades naturais do**

Paraná e As Caldas da Imperatriz, e ainda algumas notas avulsas acerca de pessoas e fatos, constituem o volume póstumo **Paisagens Brasileiras**, editado pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, em 1926 (data do prefácio). Foi o Visconde de Taunay um enamorado de Santa Catarina, como deixou transparecer nos seus numerosos escritos. Enamorado de um litoral por ele considerado um dos mais belos do universo. Enamorado igualmente da boa gente que, em três oportunidades, confiara-lhe a representação no Parlamento. O que se respigou para o volume **Páginas Catarinenses** acerca da presença de Santa Catarina na obra do autor de **A Retirada da Laguna** está muito longe de ser completo, mas pareceu ao organizador do volume suficiente para demonstrar o grande interesse do político e escritor pela terra que por três vezes o enviou à Câmara e ao Senado e que o teve como presidente, embora por um período curto, mas bastante para credenciá-lo à estima da progressista província do Brasil meridional.

Quanto ao filho, embora pouco conhecendo de sua terra, dela cuidou em diversos escritos. Além do que se encontra na **História Geral das Bandeiras Paulistas**, dedicou três trabalhos especiais ao seu torrão natal: **Santa Catarina nos anos primevos**, **Em Santa Catarina colonial** e **Cinco peças da velha iconografia catarinense**, publicados em 1931, 1936 e 1950, respectivamente. Em todos eles consagrou-se Taunay à recensão dos depoimentos de viajantes estrangeiros que visitaram Santa Catarina, quer nos tempos coloniais, quer depois da Independência: Frézier, Shelvocke, Don Pernetty, La Pérouse, Krusenstern, Lesson, Semple Lisle, Langsdorff, Kotzebue, Adalberto Chamisso e Luís Choris.

Para a segunda parte de **Páginas Catarinenses** (seleção de textos de viajantes) foram escolhidos dois russos (Golovnin e Krusenstern), três franceses (Saint-Hilaire, Leonce Aubé e Barral), dois alemães (Avé-Lallement e Hornmeyer) um polonês (Saporski) e um italiano (Ganarini).

Tal como os números anteriores da **Notícia Bibliográfica**, **Páginas Catarinenses** fez jus à expressiva moção de regozijo e congratulações com a nossa Universidade Católica numa das sessões plenárias do IX Simpósio, moção essa, pouco depois, comunicada à Reitoria da Universidade pelo preclaro colega de Florianópolis, Prof. Dr. Walter F. Piazza, Coordenador do IX Simpósio:

“Ao ensejo do feliz término do IX Simpósio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, apresso-me em agradecer a atenção de Vossa Magnificência a esse certame, quer prefaciando as **Páginas Catarinenses**, quer permitindo a participação direta do Prof. Dr. Odilon Nogueira de Matos naquele evento.

Neste ensejo, informo-lhe ter sido aprovado pela Assembléia, por unanimidade, um voto de aplauso e louvor pelo trabalho profícuo da **Notícia Bibliográfica e Histórica**, sob orientação daquele professor”.

Tornou-se, assim, uma verdadeira tradição a presença da PUC de Campinas nos Simpósios da ANPUH, através de números especiais da **Notícia Bibliográfica** dedicados às unidades da Federação onde se tem realizado tais reuniões, e que são distribuídos aos simposiastas presentes e enviados depois aos assinantes de todo o país e do exterior. E sempre, desde a primeira vez, fazendo jus a moções ou votos de louvor, como o que vem de ser registrado com referência à reunião de Florianópolis, a última realizada e infelizmente a última também a contar com a presença e a direção dinâmica e entusiástica do saudoso Eurípedes Simões de Paula. É significativo lembrar que a nossa PUC tem sido a única universidade do Brasil a participar assim de maneira tão marcante dos simpósios dos professores de História, que constituem atualmente uma das mais importantes reuniões culturais do país.

*

EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA E A CRIAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS JUDAICOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Prof. Dr. Nachman Falbel(*)

Em 1 979 o Centro de Estudos Judaicos da Universidade de São Paulo comemorará os seus 10 anos de existência, completando uma década plena de realizações e atividades na área dos estudos judaicos a nível universitário, as quais constituem, sem dúvida, uma contribuição ímpar para a vida acadêmica brasileira.

À semelhança de outras instituições e iniciativas universitárias de reconhecida importância, o nome do Professor Eurípedes Simões de Paula está também intimamente associado à criação do Centro de Estudos Judaicos, exemplificando assim, mais uma vez, o seu pendor para abrir novos caminhos, estimular estudiosos, e acima de tudo, dar alento criativo a tudo e a todos que o cercavam.

* Diretor do Centro de Estudos Judaicos e Coordenador do Setor de História Medieval da Universidade de São Paulo.